

DESENVOLVIMENTO LOCAL, AGRICULTURA FAMILIAR E POVOS TRADICIONAIS: UMA ANÁLISE EM TORNO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DO TOCANTINS¹

LOCAL DEVELOPMENT FARMING FAMILY AND PEOPLE TRADITIONAL: AN ANALYSIS AROUND THE TECHNICAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION IN STATE OF TOCANTINS

Silvana Luna de Andrade²
Paulo de Jesus³

1. RESUMO

O objetivo da pesquisa foi analisar as práticas extensionistas dos servidores do Estado do Tocantins vinculados ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, especificamente à concepção do Desenvolvimento Local e a compreensão em torno dos Povos Tradicionais. A pesquisa foi qualitativa, desenvolvida pelas práticas que envolveram os profissionais da extensão rural. Na coleta de dados foram usados questionários semiestruturados. Os resultados da pesquisa revelaram dificuldades na construção dos serviços prestados pelo Instituto, com reflexos na concepção e na concretização de desenvolvimento local, assim como na concepção em torno de povos tradicionais e no serviço a eles prestado.

Palavras-chave: Extensão Rural. Povos Tradicionais. Agricultura familiar.

¹ O texto é a parte da Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

² Graduada em Economia Doméstica e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. E-mail: silvanalunaufrpe@yahoo.com.br

³ Doutor em Ciências da Educação pela Université de Paris VIII; Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. E-mail: paulodej@terra.com

2. ABSTRACT

The objective of the research was to analyze the extension practices of the State of Tocantins servers linked to the Rural Development Institute of the State of Tocantins, specifically the design of local development and understanding around the Traditional Peoples. The research was qualitative, developed by practices involving professionals in rural extension. Data collection were used semi-structured questionnaires. The survey results revealed difficulties in the construction of the services provided by the Institute, reflected in the design and implementation of local development, as well as the design around traditional people and the service they provided.

Keywords: Rural Extension. Traditional Peoples. Family farming.

3. INTRODUÇÃO

A institucionalização da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil só ocorreu oficialmente no final da década de 1940, no município de Santa Rita do Passa Quatro, em São Paulo e foi implantada oficialmente em Minas Gerais, em 1948. A extensão rural, sempre foi exercida tendo como base a ideia de que o conhecimento tecnológico, a difusão de novas técnicas agropecuárias e o apoio financeiro através do crédito contribuiriam para o aumento da produção e para a melhoria das condições de vida no meio rural.

Atualmente, isto implica que a assistência técnica e extensão rural (ATER), como um dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural, adote uma missão, objetivos, estratégias, metodologias e práticas compatíveis com os requisitos deste novo processo da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER⁴ (2010).

Assim, especificamente no Estado do Tocantins, atualmente no que diz respeito aos serviços públicos de ATER, o principal órgão governamental Estadual de assistência técnica rural, o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins –

⁴ Criada em 2004 com o objetivo de nortear as atividades voltadas a atual prática de ATER no Brasil, principalmente no que se refere as famílias que praticam agricultura familiar.

RURALTINS; há a prestação desses serviços ao público da agricultura familiar e pelo apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário do Estado.

O Ruraltins é uma autarquia criada pela Lei n.º 20/89, de 21 de abril de 1989, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, que tem como missão: “Contribuir de forma participativa para o desenvolvimento rural sustentável, centrado no fortalecimento da agricultura familiar, por meio de processos educativos que assegurem a construção do pleno exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida”. (TOCANTINS, RURALTINS, 2014).

Neste sentido, com a finalidade de atender principalmente as famílias produtoras rurais, fez-se pertinente destacar a importância e significância encontrada no território tocantinense e que de certa maneira encontra-se inclusos nesta categoria de assistidos/as pela ATER do Tocantins, que são os povos tradicionais. No dia-dia é fácil de serem encontrados tanto na cidade como nas zonas rurais, tendo em vista a procura pelos serviços de ATER no qual faz parte do cotidiano e visitas dos/as extensionistas do instituto à essas comunidades diferenciadas que se encontram englobadas neste cenário.

Dentre as diversidades que podemos encontrar, no contexto atual observamos com mais frequência os povos tradicionais de descendência indígena, ribeirinha e as quebradeiras de coco babaçu; onde são servidos igualmente via políticas públicas pela assistência técnica rural do referido instituto.

Deste modo, o desenvolver desta pesquisa tornou-se pertinente por meio do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Assim, por considerar a importância do órgão Estadual (RURALTINS), as práticas que o envolvem, os profissionais e toda essa conjuntura construída e formada, pareceu justificável e fez-se necessário investigar alguns fatos, buscando entender os contextos que levam os significados adquiridos pela prática da Assistência Técnica nos processos da Extensão Rural por meio dos extensionistas; e com isso saber como se apresenta a concepção dos mesmos sobre o desenvolvimento local, e de que maneira os povos tradicionais são assistidos e compreendidos.

4. OBJETIVOS

Desta maneira o objetivo geral foi: “Analisar as práticas extensionistas dos/as servidores/as do Estado do Tocantins vinculados ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – TO, especificamente no que concerniu à concepção do Desenvolvimento Local e à compreensão em torno dos Povos Tradicionais da região”. E os objetivos específicos:

1. Analisar as práticas extensionistas desenvolvidas pelo RURALTINS e sua relação com o Desenvolvimento Local;
2. Apresentar a compreensão que os/as extensionistas possuem ou acreditam ter em relação aos povos tradicionais e Desenvolvimento Local.

5. REVISÃO DE LITERATURA

5.1 Agricultura familiar e Povos tradicionais – O caso brasileiro

Nos últimos anos, a crise da agricultura convencional tem levado à busca de outros modelos de desenvolvimento para a agricultura. Observa-se, no Brasil, avanços significativos no âmbito dos estudos rurais sobre as formas familiares de produção, sobre suas relações com os processos de desenvolvimento rural.

Apesar da noção "agricultura familiar" ser recente no Brasil, as categorias sociais que ela pretende identificar não são novas. De acordo com Porto e Siqueira (1994), no período de 1950 a 1970, falava-se em campesinato, que era um conceito carregado de conteúdo político e ideológico.

A partir de 1970, a discussão centrava-se em torno do conceito de pequena produção ou produtores de baixa renda, tendo em vista as transformações políticas do Estado brasileiro e o processo conhecido como "modernização conservadora". Havia ainda a discussão em torno da funcionalidade da agricultura para o desenvolvimento urbano-industrial do país. Já a partir dos anos 1980, o debate sobre a pequena produção ganha certa classificação, entre integrados, excluídos e subsistência. Entre os excluídos, a discussão centra-se em torno dos sem-terra, parceiros, meeiros, trabalhadores temporários, posseiros, agregados e moradores. Nos anos 1990, o estudo da FAO/INCRA (1996), também classifica os agricultores familiares entre consolidados,

em transição e periféricos, de acordo com as suas rendas. Atualmente, não existe um consenso em relação à definição de agricultura familiar, entretanto, a argumentação de Abramovay (1997) parece bastante apropriada, destacando alguns aspectos relevantes.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de parentesco. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (Abramovay, 1997, p. 03).

Na esfera governamental, uma importante estratégia, para o reconhecimento da agricultura familiar, foi a criação da Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Esta norma constituiu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, estabelecendo conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Para efeito desta lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural, aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não possuir, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, 2006).

Segundo Wanderley (2001) *apud* Lima (2011), o dinamismo da agricultura familiar depende, efetivamente, de fatores que estimulem a sua permanência no meio rural, como, por exemplo, as perspectivas favoráveis da produção agrícola local e de suas atividades vinculadas aos processos de transformação e comercialização. Para ela, trata-se, em grande parte, de estratégias de sobrevivência adotadas pelos camponeses, que passam pelas intensas e indispensáveis relações com o comércio local e os mercados externos.

Neste mesmo panorama diversificador da agricultura familiar brasileira, encontramos tantos outros componentes fortalecedores da nossa cultura alimentar, dos hábitos, costumes, tradições e que constituem com todas suas riquezas, sabores, cheiros e cores o cenário brasileiro. Podemos citar como exemplos desse cenário *os povos tradicionais brasileiros* com as suas grandiosidades e riquezas.

Segundo O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o mesmo preside desde 2007 a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. Por meio do Decreto 6.040/2007, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) na qual definiu como povos tradicionais, “grupos culturalmente diferenciados, que possuem formas próprias de organização social”.

Ficou evidenciado que esses grupos ocupam e usam, de forma permanente ou temporária, territórios tradicionais e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Ou seja, para isso são utilizados conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Ainda segundo o MDS, entre os PCTs do Brasil, estão os povos *indígenas, os quilombolas, as comunidades de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, os pomeranos*, dentre outros.

Depois de instituída a PCTs, várias outras vieram, e de valiosa representatividade, assim como aconteceu na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2006, onde ficou definida como diretriz a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a ampliação e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais.

5.2 Assistência Técnica e Extensão Rural – Os Povos tradicionais: características e territórios

No Brasil o serviço de ATER surgiu na década de 40, com o objetivo de abastecer os centros urbanos que se industrializavam. Visava a produção de matéria-prima para a indústria, como também a geração de divisas, dentro da lógica da política de exportação. Nesse início, teve grande incentivo do capital industrial. Fato marcante

no mundo ficou expresso nos anos 60, ainda no início da Revolução Verde, na qual predominava nos serviços de extensão rural o uso dos princípios da transferência de tecnologias, da comunicação interpessoal e do desenvolvimento de comunidades.

A percepção da informação agrícola como um bem público, e sujeito a falhas de mercado, forneceu o argumento principal nos debates políticos desde os anos 60 para a necessidade de provisão continuada de serviços públicos de extensão.

No entanto, em face às dificuldades de se construir uma educação escolar procurou-se priorizar o surgimento de uma atividade educacional também não escolar, momento em que se compreendeu a importância da extensão rural. Nesse contexto, os extensionistas tinham uma formação específica capaz de encarar os assuntos mais cruciais das personagens rurais “*in loco*” e proporcionar conhecimentos essenciais para que as suas questões fossem dirimidas, dentro de um processo de objetividade, onde não ficaria restrito a problemas da agricultura e da pecuária de forma singular, mas também seria possível trabalhar questões relacionadas à economia doméstica (SILVA. Yuri, 2011).

No decorrer do tempo a preocupação com estradas vicinais, mecanização agrícola, irrigação, drenagem, conservação de solo, comercialização, organização associativista e cooperativista, armazenagem, sanidade animal, crédito rural, além de atividades voltadas para questões de bem-estar social da própria população, como saúde pública, atividades com jovens rurais e programas direcionados de forma prática à própria escola, que se relacionassem ao conhecimentos concretos e que se aplicassem a situações voltadas para coisas úteis, na relação do aluno escolar com a sua vida real e da sua comunidade, foram sendo ampliadas. (SILVA. Yuri, 2011).

O Banco Mundial também teve um papel preponderante no apoio a projetos de extensão rural em diversos países. Segundo Caporal (1998, p.252),

Entre 1964 y 1974 hubo un sustancial incremento en el valor del gasto en extensión agraria incluido en los proyectos financiados por la organización, llegando a los 122 millones de dólares. En 1988 el Banco ya se había transformado en el más importante organismo de apoyo internacional a los servicios de extensión, financiando 512 proyectos, en 79 países. En los años 90, el ítem extensión alcanzó una cifra alrededor de los 200 millones de dólares al año.

Deste modo, esse modelo difusionista de Extensão Rural era alvo de constantes críticas por parte de estudiosos e pesquisadores; uma vez que não atendia às necessidades de desenvolvimento das populações rurais. Um marco de crítica e ruptura

com este modelo ocorre em 1969 quando Paulo Freire publica, no Chile, o livro *Extensão ou Comunicação?* Distinguindo o modelo excludente e vertical do extensionismo para um modelo que se baseia na participação dos camponeses, enxergando estes como sujeitos no processo de construção do desenvolvimento social e econômico (FREIRE, 2006).

A concepção da Extensão Rural participativa e dialógica está presente na nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), criada em 2004, pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo fruto das incessantes críticas ao modelo difusionista e ao processo de intensificação dos novos vetores de estudo. Apesar de apresentar avanços, o documento final da PNATER ainda apresenta várias lacunas. Uma dessas lacunas diz respeito à pouca ênfase dada à importância que possui as atividades não agrícolas no meio rural.

No entanto, esta nova política representa, no plano teórico, um avanço na concepção do papel da Extensão Rural, pois, de acordo com o seu documento final, o modelo de extensão no país passa a estar baseado na dialogicidade, em metodologias participativas e na sustentabilidade ambiental (BRASIL, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural 2010). O objetivo geral de ATER passa a ser:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações (BRASIL, PNATER. 2010, p. 9).

De fato, a ATER junto a PNATER não só possibilitou a compreensão das esferas que as compõem, mas abriu um novo olhar e direcionamento a outras categorias representadas dentro da agricultura familiar, a exemplo dos povos tradicionais. E, dentre os mais variados hábitos, costumes, conhecimentos e habitações diferenciadas que se podem ter os povos tradicionais, em suas vivências diárias, determinados locais e regiões, estes sem dúvidas são característicos entre os mesmos.

Segundo Cruz (2012) apud Caldart *et.al* (2012), apesar da enorme diversidade dos grupos, alguns pesquisadores buscaram identificar traços e características comuns a eles. Nesse sentido, pesquisadores como Diegues (2000), Little (2006) e Barreto Filho

(2006), mesmo reconhecendo a imprecisão e a dificuldade de uma definição mais rigorosa, elencam um conjunto de características que seriam atributos dos grupos denominados “povos e comunidades tradicionais”. Dentre essas várias características, podemos destacar: “A relação com a natureza (racionalidade ambiental), a relação com o território e a territorialidade, a racionalidade econômico-produtiva e as inter-relações com os outros grupos da região e auto identificação”.

Deste modo, na esfera que compreende a ATER aos povos tradicionais a atuação junto aos mesmos deve estar sempre presente a consciência de que a terra é vínculo essencial dessas comunidades, no sentido da continuidade de sua organização social, embasada em sua ancestralidade e memória cultural, que permitem a reprodução de suas especificidades quanto à maneira de viver e de produzir bens indispensáveis à garantia de sua autonomia e sustentabilidade enquanto grupos sociais.

6. METODOLOGIA

A pesquisa, enquanto coleta de dados, ocorreu a partir do mês de janeiro a março de 2014, foi desenvolvida entre os/as extensionistas rurais que integram as sete unidades regionais e uma central que compõem o RURALTINS. As cidades sedes das regionais foram respectivamente: Araguaína, Araguatins, Gurupí, Miracema, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Taguatinga; a unidade central está localizada na capital Palmas.

Para realização da coleta dos dados da pesquisa, foram utilizados questionários semiestruturados com os extensionistas rurais. A amostra foi assim definida:

- *1 profissional da área de produção agropecuária,*
- *1 da área ambiental e mais*
- *1 da área social*

Assim, trabalhou-se com um total de 3 profissionais por escritórios. Como no Estado de Tocantins existem 7 (sete) escritórios Regionais e 1 (um) central do Ruraltins, o número de participantes ou a amostra foi de 24 participantes.

A metodologia desenvolvida se classifica, pois, como qualitativa porque houve a preocupação em analisar e interpretar situações mais densas, expondo a complexidade do comportamento social, inclusive favorecendo apreciação mais minuciosa sobre

costumes, hábitos e intenções de comportamentos (MARCONI & LAKATOS, 2009). Segundo Minayo (1994) *apud* Souza e Zione (2003), a pesquisa qualitativa é importante quando ele afirma que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p.144).

Ainda sobre a amostra, a escolha dos/as participantes se deu de forma aleatória, com o intuito de não apontar ou aparecer entre os/as escolhidos/as, profissionais com mais e/ou menos experiência nos assuntos que iriam ser abordados, e para que não gerasse desconforto entre os/as colegas de trabalho. Acreditou-se, no entanto, que a amostra representa o quadro de funcionários, pessoas com experiências e sem experiências de campo com povos tradicionais.

Os questionários foram encaminhados via e-mail, alguns direcionados aos endereços de e-mails pessoais e outros pelo endereço de e-mails dos escritórios regionais, previamente comunicado aos profissionais participantes, via ligação telefônica. O sigilo foi usado nesta pesquisa, bem como codificação dos nomes dos/das mesmos/as. Para que ocorresse o referido sigilo com segurança dos/as participantes e o envolvimento dos/as mesmos/as em aceitar participarem, foi enviada uma carta de apresentação da profissional contendo sua trajetória acadêmica da pesquisadora, o objetivo da pesquisa e ao final a mesma asseguravam-lhes sigilo nas respostas (isso ficou evidenciado nos questionários aplicados, onde não houve sequer espaço determinado para se identificarem). Com isso se evitaria qualquer forma de constrangimento e inibição que porventura acontecesse. Para isso, no decorrer das apresentações das falas nesta pesquisa, optou-se pelo uso de códigos identificadores. Deste modo, ficou caracterizada as falas:

Quadro 1 - Caracterização da amostra da pesquisa – Área Social

Área Social	Terminologia	Definição
	ERS1	Extensionista Rural Social Araguaína
	ERS2	Extensionista Rural Social Araguaatins
	ERS3	Extensionista Rural Social Gurupi
	ERS4	Extensionista Rural Social Miracema
	ERS5	Extensionista Rural Social Palmas
	ERS6	Extensionista Rural Social Paraíso do Tocantins
	ERS7	Extensionista Rural Social Porto Nacional
	ERS8	Extensionista Rural Social Taguatinga

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Quadro 2 - Caracterização da amostra da pesquisa – Área Ambiental

Área Ambiental	Terminologia	Definição
	ERA1	Extensionista Rural Ambiental Araguaína
	ERA2	Extensionista Rural Ambiental Araguaatins
	ERA3	Extensionista Rural Ambiental Gurupi
	ERA4	Extensionista Rural Ambiental Miracema
	ERA5	Extensionista Rural Ambiental Palmas
	ERA6	Extensionista Rural Ambiental Paraíso do Tocantins
	ERA7	Extensionista Rural Ambiental Porto Nacional
	ERA8	Extensionista Rural Ambiental Taguatinga

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Quadro 3 – Caracterização da amostra da pesquisa – Área Agropecuária

	Terminologia	Definição
Área Agropecuária	ERAG1	Extensionista Rural Agropecuária Araguaína
	ERAG2	Extensionista Rural Agropecuária Araguaatins
	ERAG3	Extensionista Rural Agropecuária Gurupi
	ERAG4	Extensionista Rural Agropecuária Miracema
	ERAG5	Extensionista Rural Agropecuária Palmas
	ERAG6	Extensionista Rural Agropecuária Paraíso do Tocantins
	ERAG7	Extensionista Rural Agropecuária Porto Nacional
	ERAG8	Extensionista Rural Agropecuária Taguatinga

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No universo que concebeu esta pesquisa, ficou averiguado que:

Ao serem questionados/as sobre “que entendimentos tinham por povos tradicionais na prática da extensão rural”, disseram acreditar em sua maioria, com representação de mais da metade das respostas, que os *povos tradicionais* seriam aqueles com fortes ligações com a cultura, com uma tradição e religiosidade próprias, passadas através de gerações, identidade própria e organização social, e que representavam particularidades significantes de organizações. A territorialidade também aparece forte nas falas. Vejamos:

São grupos que se caracterizam pela forma própria de organização social e geralmente ocupam e usam, ou de forma permanente ou temporária, alguns territórios e recursos naturais como condição para sua sobrevivência. Caracterizam-se pela cultura, religião e pela reprodução destas (ERS1).

Grupo de pessoas que residem há muito tempo em um pedaço de terra, que lhe é deixado de herança pelos antecessores, de geração em geração, como quilombolas, ribeirinhos, indígenas, agricultores familiares, entre outros (ERA3).

É o público que está ligado a cultura de repasse de informações do cotidiano a cada geração, possuem identidade própria com organização social definida

e utilização dos recursos naturais do meio onde vivem como condição para sua reprodução (ERAG6).

Podemos averiguar neste caso que assegurar o acesso ao território significa manter vivos, na memória e nas práticas sociais, os sistemas de classificação e de manejo dos recursos naturais, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de distribuição e consumo da produção. Isso, além de sua dimensão simbólica: no território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo, como a base material de significados culturais que compõem sua identidade social (SILVA, Marina O. 2007).

Também se faz pertinente dizer que a utilização dos recursos naturais para sobrevivência e reprodução social em lócus dessa geração como mencionado em algumas das falas acima; principalmente para alguns órgãos ligados à conservação e preservação ambiental dessas áreas; remete à questão territorial enquanto espaço de participação e controle social no que diz respeito ao fortalecimento da participação dos povos e comunidades tradicionais. Este fator sobretudo traz à tona a discussão sobre o controle e a exploração desses recursos naturais, no qual em sua maioria são atividades postas como dolo ou algo criminoso por extrair desses territórios parte de sua sobrevivência, bem como serem desenvolvidas práticas culturais, carregados de costumes próprios e práticas religiosas, onde muitas desaparecem ou tentam sobreviver.

Na prática extensionista foi diagnosticado casos de experiências com alguns povos tradicionais. Um dos fatos que mais chamou atenção está ligado à observação feita a seguir, admitindo deixar claro que são diretamente assistidos e vistos em suas particularidades específicas e concretas, ao abarcar respaldos em torno da convivência e das experiências entre os povos tradicionais e o extensionista:

São grupos que ocupam permanente ou temporariamente territórios, mantendo suas tradições culturais, sociais, religiosas e econômicas e sobrevivendo dos recursos naturais ali existentes, sem muita influência externa. Na região do Bico do Papagaio existem alguns desses grupos: Quilombolas, Ribeirinhos, Extrativistas (coco babaçu e frutas nativas), Pescadores artesanais, indígenas e até mesmo alguns projetos de assentamento da reforma agrária que foram formados por grupos de pessoas que vieram de outras regiões e mantiveram seus costumes (ERAG2).

Fato que nos proporcionou discutir um pouco a metodologia Paulo Freiriana, na qual toma como ponto principal para se desenvolver a prática da extensão, fatores

como: Postura investigativa, aprendizagem, dialogicidade e a dialética; metodologia expressa em sua obra *Extensão ou Comunicação?* (1988). O respeito, a sensibilidade de compreender realidades diferenciadas e as trocas de experiências, bem como todo contexto observado em fatos diferenciados um dos outros, retratam o trabalho atual do extensionista rural mediante a PNATER, quando ela traz a equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; bem como a construção de sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional. Destacando também:

São Povos com culturas próprias, com trejeitos próprios, onde nós como técnicos temos que ter a sensibilidade de trabalharmos levando em conta a cultura de cada povo, de cada grupo, seus saberes e relatos (ERS4).

Isso, de fato implica em compreender as especificidades da ação educativa e dos atores sociais envolvidos nessa prática, inicialmente reconhecendo que aprender significa construir um novo conhecimento, descobrir novos significados, sem desprezar o conhecimento existente.

Foram descritas algumas situações as quais em sua maioria foram consideradas aprazíveis pelos extensionistas. Ao final dos atendimentos as experiências tornaram-se imensuráveis por seus valores e tradições. No entanto, os profissionais extensionistas falaram em sua grande maioria que, por terem hábitos culturais marcantes, muitas vezes tornam-se grupos complexos de serem entendidos na assistência técnica, por “choques” de saberes e valores marcantes que carregam. Vejamos abaixo:

É uma experiência gratificante por estar promovendo o desenvolvimento produtivo dessas famílias, porém sua cultura influencia em alguns momentos e principalmente quando envolve uma orientação técnica a ser passada a eles, pois eles se baseiam em algumas crenças e oferecem um pouco de resistência a novas mudanças, alguns ainda se deixam convencer com um bom argumento, mas outros não mudam suas opiniões de forma alguma. (ERAG6).

Contato e convivência através de visitas quinzenais no município de Barra do Ouro na região da Ressaca, as margens do rio Tocantins, durante o convívio tivemos o cuidado de respeitar os costumes e hábitos da comunidade bem como no cotidiano da população. (ERS8).

É uma experiência gratificante por estar promovendo o desenvolvimento produtivo dessas famílias, porém sua cultura influencia em alguns momentos e principalmente quando envolve uma orientação técnica a ser passada a eles, pois eles se baseiam em algumas crenças. (ERS2).

Paulo Freire (1988, p. 15) em suas colocações no livro *Extensão ou comunicação?* explica de forma brande o que transforma esses relatos acima em afirmações concretas das práticas extensionistas reveladas. Ao questionarem seus hábitos, crenças e culturas marcantes de cada povo assistido, na prática da atividade ofertada e recebida, tornam-se uma troca inevitável de experiências, onde o ganho final de ambas partes são positivas, mesmo que as resistências dos mesmos venham a acarretar um tempo significativo para a aceitação, concordância e muitas vezes repúdio em respeito às práticas ou técnicas ofertadas e/ou recebidas. Assim temos em Freire:

Por isto mesmo, a expressão “extensão educativa” só tem sentido se se toma a educação como prática da “domesticação”. Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais– em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.

Os/as extensionistas rurais também afirmaram acreditar em sua maior parte, que ao assistir às famílias provenientes de povos tradicionais, quando comparados com os não-tradicionais, deveriam ter de certa forma, uma diferenciação em seus atendimentos. Ao explicarem, levantaram quesitos como: “cultura, tradição, hábitos e religiosidade” para definirem a maneira de atuarem na ATER. Através de alguns relatos percebemos a preocupação de distinguirem dos povos não tradicionais:

Acredito que todas as atividades antes de serem planejadas deverão ser levadas em conta, partindo de um princípio, em que cada localidade possuem uma realidade diferenciadas. Por isso nem sempre o que dar certo em uma determinada comunidade pode ser modelo para outras. Depende das potencialidades, do querer e do interesse na continuidade até conseguirem alcançar o êxito. (ERA8).

Sim, acredito que devemos diferenciar. Devido a sua cultura, tradição e religiosidade, devemos ter um olhar específico a essas diferenças, para que possamos assim, desenvolver nossas atividades sem gerar nenhum conflito de ideais, nem sermos mal interpretados. (ERAG1).

Sim. Pois conhecer a cultura, hábitos, costumes, são fundamentais para atuação de qualquer profissional com os povos tradicionais, tendo em vista o diferencial que estes possuem com relação aos povos não tradicionais. (ERS6).

De fato, seguindo os parâmetros que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT

(BRASIL, 2007); ao enfatizar no art. I que: “Povos e Comunidades Tradicionais: São grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”; denota-nos que os serviços de ATER prestados pelos extensionistas, seguem um dos princípios que levaram a PNPCT a ser e ter:

Art. 1- Anexo a PNPCT – “O reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade (BRASIL, 2007).

É citada principalmente pelos/as extensionistas rurais da “*área de produção agropecuária*”, que entre os povos tradicionais “a questão do ver para crer” prevalece, pois muitas vezes não estão dispostos a deixar técnicas aprendidas e que veem utilizando há anos, para substituir por outras no campo. Deste modo, alguns extensionistas utilizam unidades demonstrativas –UD nas localidades assistidas, em pequenas áreas, para que se possa mostrar os resultados esperados de melhoria principalmente direcionadas ao plantio ou criação de animais. A seguir falas que caracterizam o exposto:

Sim, existe uma diferenciação para atender. Os tradicionais têm mais dificuldades de assimilar a orientação (ERS4).

Sim a assistência é diferenciada. Eles só acreditam se fazemos UD (Unidade Demonstrativa) para que se note a diferença (ERAG6).

Sim, deve ser diferente. Devido muitas vezes o grau de instrução dos mesmos serem diferentes, por isso cada caso deve ser avaliado de uma maneira particular (ERAG3).

Sim acredito que para os povos tradicionais deve-se buscar o conhecimento para o resgate e valorização de algumas tecnologias como: implantação de quintais agroflorestais, e criação de abelhas sem ferrão buscando sempre formas de criar animais e cultivar lavouras dependendo o mínimo possível de recursos externos (ERA7).

Nesta ocasião, mais uma vez Paulo Freire (1988) mostra que: “Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. Por isto mesmo é que, no processo de aprendizagem, só

aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é “enchido” por outro de conteúdos cuja inteligência não percebe; de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende.

Sobre a relação das práticas extensionistas e o desenvolvimento local, nesta parte da pesquisa a definição de desenvolvimento local foi colocada à tona com o propósito de se investigar de que modo os profissionais da assistência técnica e extensão rural do Tocantins definiram o Desenvolvimento Local. Ao analisar as respostas, averiguou-se que quase todas exibiram cunho sócio, cultural, econômico e ambiental em suas definições; bem como sinalizaram a participação de atores sociais, melhorias de condições de vida e qualidade de vida. Alguns termos como: “Estados, cidades, local e comunidades” também apareceram em boa parte das definições citadas, aonde nos leva a crer na existência de uma forte ligação com a territorialidade ao ser explicitada.

Diante das variedades de respostas, observamos algumas:

Defino como uma promoção a participação e o diálogo a nível local, estabelecendo a ligação entre as partes interessadas do setor público e privado e os respetivos recursos, com vista a uma melhor qualidade de vida das famílias, respeitando sempre questões sociais, culturais, econômicas e ambientais relativas a um território/região, tendo como foco principal a emancipação (ERA5).

Desenvolvimento Local é implementar ações em territórios ou microrregiões que permitam a ativa participação do cidadão o efetivo controle social sobre a gestão pública através do fortalecimento da sociedade civil e o empoderamento de grupos sociais antes marginalizados nas esferas de tomada de decisão (ERS8).

Deste modo, o “desenvolvimento local para Paulo de Jesus pode ser entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e das sociedades locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim se trata de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida

aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais” (JESUS, 2003, p.72).

Por outro lado, alguns e algumas extensionistas rurais acreditam que o desenvolvimento local está atrelado à questão apenas econômica, de produção de bens, aumento de produtividade e comercialização; desconsiderando todas as outras áreas que seriam pertinentes para um mais apropriado desenvolvimento integrado passando não só pela área produtiva do campo. Assim temos:

Suponho que sejam atividades as quais promovam o crescimento das demandas econômicas, sejam investimentos na produção de bens de consumo e na própria comercialização dos mesmos (ERA4)

Uma cadeia de produção, consumo e comercialização, de forma organizada formal com critérios a serem observados e disponíveis ao processo de avaliações no início, meio e fim. (ERAG3).

O desenvolvimento local pode acontecer com a introdução de tecnologias que visa a melhoria e o aumento da produtividade no campo. (ERAG7).

Neste sentido explica Cox (1998:7) *apud* Patrícia Queiroz (2005), dado o complexo habitat econômico e social em que vivemos, o importante é não só crescer economicamente, mas também, e fundamentalmente, que este crescimento garanta o bem-estar social da maioria da população. Em outros termos, a qualidade do desenvolvimento é tão ou mais importante que a mera expressão quantitativa dos indicadores com que ele é mantido. O desenvolvimento local é acima de tudo uma prática política.

Com intuito de abranger quais ideias os/as extensionistas que representaram o trabalho de ATER no Estado do Tocantins tinham sobre experiências com Desenvolvimento Local - DL numa comunidade, foi solicitado que descrevessem uma situação que traduzisse suas visões e percepções. Estes relatos poderiam ser reais ou imaginários, porém, que acreditassem ser e/ou gerar D.L. na área de atuação de cada um/a.

Destarte, ficou constatado que na maioria das respostas apresentadas, foram direcionadas à questão da mudança de realidade local atrelada a temas como: Segurança Alimentar e Nutricional quando voltada à mudanças de hábitos, o Associativismo, o Cooperativismo como fator de contribuição e geração de D.L direto e os espaços

criados para implantação de feiras livres. Temos assim, a caracterização por meio dos relatos abaixo:

Na maioria tudo que se consome poderão ser adquiridos ou mesmo produzidos na própria comunidade e os excedentes comercializados fora via cooperativa ou associação. Mudança dos hábitos alimentares e modo de sobrevivência, reeducação, diminuindo o uso dos produtos alimentícios industrializados para os naturais, mais saudáveis (ERS6).

As feiras comunitárias dos pequenos agricultores que tem o apoio do Ruraltins (ERA1).

Uma situação em que o agricultor possa produzir um alimento de qualidade, consumir, comercializar e receber um preço justo. (ERA2).

Ao observarmos as respostas dos/as extensionistas rurais percebemos que as definições dadas nos remetem a acreditar que boa parte das atividades desenvolvidas, bem como a maneira de pensar sobre o DL na prática extensionista correspondem com o conceito de alguns autores. Temos desta maneira a reafirmação das falas expostas por meio de Brás Callou (2006) quando ressalta que é enfático o DL quando afirma que o Estado, por sua vez, vai tentar estimular a mobilização e participação da população, principalmente as localizadas no meio rural, por meio de diferentes formas de organização social como conselhos, sindicatos, fóruns, associações; entre outras, para, então, viabilizar estratégias promotoras de desenvolvimento local.

Nesta perspectiva do DL exposto acima pelos profissionais, fica evidente que as práticas extensionistas proporcionadas às famílias agricultoras nos levam a crer que são desenvolvidas dentro de alguns padrões estimados da PNATER, na medida em que se é realizado um esforço significativo para atender, inserir e compreender o público assistido que necessita da assistência técnica oferecida pelo Estado do Tocantins via Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins.

8. CONCLUSÃO

Deste modo, a pesquisa nos mostrou que os povos tradicionais que são assistidos pela assistência técnica do Ruraltins são compreendidos na maneira singular de cada povo localizado e/ou descoberto, levando suas técnicas aprendidas no decorrer das experiências vivenciadas, tentando compreender e trocar conhecimentos que os levem

para uma melhoria de condição de vida, entre elas geralmente estão ainda as atividades agropecuárias, seguidas dos acompanhamentos sociais e ambientais oferecidos. Em sua maioria são oferecidas e trabalhadas via políticas públicas governamentais existentes e de acordo com cada necessidade específica que surge.

Destarte, o desenvolvimento local foi visto e compreendido pelos/as extensionistas como um fator de contribuição e valorização nas práticas extensionistas, quando esta é realizada por meio da participação e do diálogo do/a produtor/a familiar, estabelecendo uma ligação entre as partes interessadas, com intuito de realizar uma melhoria significativa na vida das famílias assistidas, respeitando sempre as questões sociais, culturais, econômicas e ambientais relativas a um território/região, tendo como foco principal a emancipação.

Os resultados da pesquisa revelaram dificuldades na construção dos serviços prestados pelo Instituto, com reflexos na concepção e na concretização de desenvolvimento local, assim como na concepção em torno de povos tradicionais e no serviço a eles prestado.

Convém ainda lembrar que a pesquisa se centrou na compreensão dos sentidos em torno de extensão rural, agricultura familiar, povos tradicionais e desenvolvimento local, tendo como resultado o que se apresentou em um trabalho de dissertação acadêmica. Mas certamente ao falar ou verbalizar sobre algumas dessas categorias, o/a participante dessa pesquisa tinha também como referência a sua prática profissional. Neste sentido, em alguns casos pode ter ocorrido alguma tendência à idealização, o que a pesquisadora respeitou na íntegra das respostas a ela encaminhadas.

Portanto, faz-se necessário estudos mais aprofundados dentro dessas conjunturas nas quais se apresentaram a realidade das atividades extensionistas, visto que é observada como uma ferramenta eficaz e necessária quando se trata do acompanhamento, dialogicidade e compreensão desses atores que compõem o cenário da agricultura familiar e especificamente os povos tradicionais.

9. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Uma nova extensão rural para a agricultura familiar**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Brasília, DF. Anais..., 1997.

BRASIL, **Política nacional de assistência Técnica e Extensão rural – PNATER**, lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Disponível em: > http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso: 23 Fev. 2015.

BRASIL, **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Presidência da República – Casa Civil - Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso: 09 jun. 2015.

BRASIL, **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso: 26 fev. 2016.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão Rural: polissemia e memória**. Recife: Bagajo, 2006.

CALDART, Roseli S., et al. **Dicionário da Educação do Campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p.

CAPORAL, Francisco R. La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. 532p. Tese de Doutorado Córdoba : Universidade de Córdoba. Disponível em: . Acesso em 22/01/2016.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Projeto UTF/BRA/036**, agosto, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GIDDENS, A. **The Consequences of Modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990 - 2006, p. 37-8.

Hall, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006, 102 páginas, tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro)

JESUS, Paulo de. **Desenvolvimento Local** in: CATTANI, Antonio David (org). A outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, **Filipe Augusto Xavier**. A agroecologia e extensão rural para o fortalecimento da agricultura familiar. o caso do município de Santa Cruz da **Baixa Verde – PE**/Felipe Augusto Xavier – 201. 143 f.:il.

MACIEL, Michelle Cristina Rufino. **Economia Solidária, extensão rural, desenvolvimento local e segurança alimentar e nutricional – algumas relações: um estudo de caso junto a cooperativa para o desenvolvimento sustentável de São Vicente Ferrer-PE** / Michelle Cristina Rufino Maciel. – Recife, 2012. 154 f. :il.

NAVARRO YÁÑEZ, C. J. (1998), **El Nuevo Localismo. Municipio y Democracia em la Sociedad Global**, Córdoba, Servicio Publicaciones Diputación Provincial de Córdoba.

PORTO, Maria Stela Grossi; SIQUEIRA, Deis Elucy. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v. 6, 1994. p.76-88

QUEIROZ, Patrícia G. XLIII Congresso da SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial” 1 Turismo Rural e Desenvolvimento Local na Agricultura Familiar. Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005 Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.

RIO GRANDE DO SUL, **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER**. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/inclusao-social-produtiva/povos-e-comunidades-tradicionais.php#.VtTnuvkrLIU>. Acesso em: 28 Fev 2016.

SILVA, Marina Osmarina, **Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2014.

SILVA, Yuri V., **Juventude Rural e Políticas de Extensão Rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco**, Universidade Federal Rural de Pernambuco RECIFE 2011 Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX).

SOUZA, D. V. e ZIONI. F. **Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados**. *Saúde e Sociedade* v.12, n.2, p.76-85, jul-dez 2003

TOCANTINS, **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS**. Disponível em: <http://ruraltins.to.gov.br/>Acessado: 14 de jan. 2014. Acesso: 23 maio 2015.